

com sustentabilidade será foco de Pepe

Perfil



Gilberto José Spier Vargas, mais conhecido como Pepe Vargas (PT), é médico e deputado estadual pelo Rio Grande do Sul. Natural de Nova Petrópolis, se mudou ainda na infância para Caxias do Sul, município em que posteriormente foi eleito vereador (1989-1992) e prefeito por duas gestões (1997-2004). Entre os mandatos de

vereador e prefeito, foi eleito deputado estadual (1995-1996). Foi deputado federal por três mandatos (2007-2018). Assumiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 2012 a 2014, durante o governo da presidente Dilma Rousseff (PT, 2011-2016). Em 2025, preside a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

é mista, assim como a Comissão do Mercosul. Tem uns que acham que tem que ser uma comissão mista, eu acho que não, que tem que ser uma comissão permanente. Para fazer uma comissão permanente, temos que mudar o regimento interno, e aí está nesse impasse no momento. Para criar uma nova comissão permanente, teríamos que, para manter a proporcionalidade das bancadas e para ter deputado que possa participar, reduzir uma comissão. Por enquanto, está no impasse.

JC - Além do debate ambiental e do desenvolvimento econômico, que outras pautas destaca para 2025?

Pepe - O que é previsível, porque há coisas que não têm como prever, eu diria que uma grande prioridade é o acompanhamento da fiscalização do processo da reconstrução. Temos um Comitê de Acompanhamento da Reconstrução, que é formado pelo presidente e um deputado de cada bancada, e nós temos o Fundo Reconstrução, que foi aprovado aqui pela Assembleia.

JC - Entre os deputados, há dúvidas sobre a agenda

legislativa a ser proposta pelo governo Leite neste ano. Como tem acompanhado? Conversou com o governador sobre isso?

Pepe - Sem sombra de dúvida, a reconstrução é uma questão fundamental, até porque não basta reconstruir, tem que pensar em resiliência, tem que pensar em adaptação e em mitigação. O plano Rio Grande e o Fundo de Reconstrução são grandes temas. Agora, daqui uns dias o governador vai ter que encaminhar se ele quer ou não quer aderir ao Propag. Recentemente nós votamos a adequação do piso do magistério porque, em nível nacional, o governo definiu o reajuste, e como o governo federal definiu, o Estado teve que fazer sua adequação. Quando Leite foi reeleito, tinha gente que dizia: "As grandes questões o governador já aprovou, então essa legislatura não vai ter grandes debates". Era o que se dizia, mas não é o que aconteceu. Várias matérias legislativas polêmicas vieram para cá em 2023 e em 2024.

JC - Sobre o Propag, o governador realizou críticas aos vetos do presidente Lula ao programa.

Estado tem levantado?

Pepe - Ele levantou fundamentalmente duas questões. A primeira delas diz respeito ao seguinte: tem estados que já pagaram a dívida que tinham com a União e tem estados que ainda não quitaram a dívida. Então, para conseguir aprovar no Senado, principalmente, tinha que construir algo que contemplasse os estados que já quitaram, senão não teria voto suficiente para aprovar. O que foi feito nesse sentido? Foi feito um fundo de equalização. Devido à catástrofe climática, a União nos disse o seguinte: "Olha, por três anos vocês não vão precisar pagar parcela da dívida, para ajudar na reconstrução - isso é R\$ 14 bilhões -, e durante esses três anos não vão incidir a correção monetária e os juros sobre o saldo do devedor - R\$ 18 bilhões que nós deixaremos de pagar de juros e correção monetária". Foi um baita ajuda, e não tem como negar. E agora vem o Propag, que diz o seguinte: se vocês investirem em educação e em algumas outras áreas, em vez de pagar 4% de juros, vocês vão pagar para a União 0%, e 2% disso ficam para vocês (estados devedores), e isso vocês decidem onde querem aplicar, que é um dinheiro considerável que nós deixaremos de repassar para o governo, e os outros 2% vão para esse fundo de equalização, para os estados que já pagaram e não podem ser prejudicados neste sentido. Primeira dúvida (do governador): "Eu estou excepcionalizado devido à catástrofe, devido à lei que definiu que, durante três anos, eu não vou precisar pagar. E agora, com essa nova lei, a partir do momento que eu assinar, eu vou ter que pagar 2%, mas eu estou excepcionalizado". Tanto o Tesouro Nacional, como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional já disseram: "Não, a lei que excepcionalizou por três anos, está excepcionalizado, vocês não vão ter que pagar". A leitura é: combina uma lei com a outra.

JC - O Propag não caduca a suspensão da dívida...

Pepe - Exatamente. Então vamos esclarecer isso, mas, ao meu ver, já está esclarecido. A segunda questão é: o estado do RS, assim como outros estados, ao longo desse período, também foi fazendo financiamentos com organismos internacionais com o aval da União. Se o Estado não paga, a União tem que pagar. O que eles querem agora? Que o governo federal pague. Querem que o governo federal assumira essas dívidas e coloquem no saldo

devedor da dívida. Esse é outro impasse que tem. Mesmo que a gente tenha que continuar pagando os organismos internacionais, que me parece evidente que teremos que pagar de um jeito ou de outro, o que está sendo proposto é muito mais vantajoso do que o RRF.

JC - O que significa ter um presidente da Assembleia de oposição ao governo?

Pepe - Sob o ponto de vista de um regime democrático, isso é absolutamente normal, e não é a primeira vez que acontece. Temos um regimento interno e temos uma Constituição, e eles têm que ser cumpridos. O presidente é um guardião do regimento interno e tem que o aplicar. Está tudo definido e as regras são claras. Se o governador tem urgência em uma matéria, ele vai pedir o regime de urgência. Em 30 dias tranca a pauta, e nada é votado enquanto não votar o que o governador pediu em regime de urgência. Se ele mandou em regime de urgência, mas quer que seja votado antes dos 30 dias? É possível. O projeto de lei de reajuste do magistério trancaria a pauta a partir do dia 6 de março, e votamos no dia 18 de fevereiro. Por quê? Porque foi produzido um consenso no colégio de líderes de que poderia ser votado antes. Então, o plenário é soberano, o colégio de líderes é soberano. Ou é a maioria que decide ou é por consenso que se fazem as coisas aqui.

JC - Sobre o seu partido, o PT, nacionalmente, está muito centrado na figura do presidente Lula. Como avalia o processo de sucessão de nomes da sigla, tanto no País quanto no Estado?

Pepe - Primeiro, (Fernando) Haddad foi candidato (à presidência da República) em 2018 e fez 45% dos votos. Vamos combinar o seguinte: um candidato que faz 45% dos votos não é inexpressivo. Fez uma grande votação e podia até ter ganho a eleição. Então, o PT tem quadros com capacidade de representar o partido e quadros que têm representatividade na sociedade. Na eleição passada, o nosso candidato (ao governo do Estado, Edegar Pretto) não foi para o segundo turno por 2,5 mil votos, em um Estado que tem milhões de eleitores. Leite, que era o governador, com a caneta na mão, com toda a visibilidade que tinha, quase não foi para o segundo turno. Então o PT tem quadros no plano estadual para representá-lo em processos eleitorais. No momento adequado e correto, a gente faz esse debate.